

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: DIREITO À HABITABILIDADE

MY HOUSE MY LIFE PROGRAM: RIGHT TO HABITABILITY

ADRIANA MARQUES DE BRITO CORREIA*
ANA CAROLINA DE CASTRO CROZERA**
GERCELEY PACCOLA MINETTO***

RESUMO

Este estudo tem como tema o Programa Minha Casa, Minha Vida, cujo objetivo geral foi revelar a efetividade do Serviço Social, junto a política habitacional do Programa MCMV, fase 1, realizado no período de maio a outubro de 2013, no município de Bauru. A abordagem da pesquisa é a qualiquantitativa, num universo de trinta e oito famílias, cuja amostra é de cinco famílias. O instrumental é a entrevista semiestruturada. Os resultados levantados apontam que são famílias monoparentais, com baixa escolaridade e, conseqüentemente, baixos salários. Veem a efetividade do programa como forma de saírem de zonas de risco e não reconhecem o Serviço Social como profissão interventiva junto aos usuários pós-inserção no programa. Portanto, conclui-se que, o Programa MCMV atende ao objetivo a que veio, e o Serviço Social precisa dar continuidade em suas ações após as ocupações.

Palavras-chave: Família. Direitos sociais. Zona de risco.

*Bacharelada em Serviço Social pelo Centro Universitário de Bauru, mantido pela Instituição Toledo de Ensino. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social sob a orientação da Professora Mestre Gerceley Paccola Minotto.

**Bacharelada em Serviço Social pelo Centro Universitário de Bauru, mantido pela Instituição Toledo de Ensino. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social sob a orientação da Professora Mestre Gerceley Paccola Minotto.

*** Possui graduação em Serviço Social - Instituição Toledo de Ensino (1982) e mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2002). Atualmente é professora da graduação e pós-graduação do Curso de Serviço Social do Centro Universitário de Bauru, mantido pela Instituição Toledo de Ensino.

ABSTRACT

This study has as its theme the Project My House, My Life, whose main objective was to prove the effectiveness of Social Service at the housing policy of the MCMV program, phase 1, conducted in the period May to October 2013, in the city of Bauru. The research approach is qualitative and quantitative, out of thirty-eight families, whose sample is five families. The instrument is a semi-structured interview. The results indicate that surveyed are single parents with low education and consequently low wages. Those families see the effectiveness of the program as a way to get out of risk areas and do not recognize the Social Service as an interventional profession for post-insertion program phase for the users. Therefore, it is concluded that, the MCMV program serves the purpose they were created, and Social Service needs to continue in their actions after the occupations.

Keywords: Family. Social rights. Risk zone.

1 INTRODUÇÃO

A questão da habitação no Brasil ainda é um dos principais problemas sociais urbanos do país, pois, numa perspectiva que concebe o problema da moradia, integrado à questão do direito à cidade, é possível perceber que as reivindicações em relação à habitação emergem sob várias facetas: solução para os graves problemas de infraestrutura (saneamento, asfaltamento, etc.), construção de moradias para atender ao número alarmante de famílias sem casa própria e, questionamento das obras de urbanização, em áreas periféricas e favelas.

É importante perceber como os atuais problemas urbanos, em especial, aqueles relacionados à habitação, refletem um século de políticas que não consideraram a população mais pobre, ou, em alguns períodos, nem existiram. A Constituição Federal de 1988 estabelece, claramente, que um dos direitos fundamentais da pessoa humana é o direito à moradia, o direito a ter um lar, mas isso não lhe é garantido pelo poder público. Vive-se numa sociedade capitalista, cuja concentração de renda e de propriedade, fica nas mãos de poucos, e a grande maioria da população não tem esse direito fundamental efetivado.

O Ministério da Cidade (2004) entende por moradia digna aquela que oferece segurança na posse e dispõe de padrão adequado de habitabilidade e de infraestrutura básica, bem como acesso aos serviços e a transporte coletivo.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos garante que: “Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação” (ART. XXV, ITEM 1 [um]).

Verifica-se então que, o direito à moradia está incorporado ao direito brasileiro de acordo com os tratados internacionais de direitos humanos do qual o Estado Brasileiro faz parte. Logo, obrigam o Brasil (União, Estados e Municípios) a proteger e fazer valer esse direito, porém, a imensa desigualdade na distribuição de renda impede que brasileiros e brasileiras tenham acesso a uma moradia adequada para viverem dignamente, o que faz com que estes ocupem áreas insalubres ou de risco. Assim, moradia para grande parcela do povo brasileiro, ainda é sinônimo de morros e favelas, onde falta água encanada, luz elétrica e

saneamento básico, enfim, falta tudo, inclusive dignidade, a qual o Ministério da Cidade tanto defende.

Nos últimos anos, a partir do governo Lula (2003-2010), a principal política para a habitação no Brasil, é o Programa Minha Casa Minha Vida, do Ministério das Cidades, lançado em abril de 2009, com a meta de construir um milhão de moradias, totalizando R\$ 34 bilhões de subsídios, para atender famílias com renda entre zero (0) a dez (10) salários mínimos. Além de seu objetivo social, o Programa, visa estimular a criação de empregos e de investimentos no setor da construção, além da reação do governo Lula à crise econômica mundial, do fim de 2008.

O acesso à moradia é um dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988 descritos no artigo 6º e, o Serviço Social tem como premissa a efetivação também desse direito. Assim, este estudo tem como objeto de estudo o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) e o Serviço Social.

O problema levantado é: a atuação do Assistente Social junto à política habitacional efetiva tal direito e, possibilita a transformação da realidade do usuário? Como resposta ao questionamento sugere-se como hipótese que: o Programa Minha Casa, Minha Vida, vem efetivar a Política Nacional de Habitação de 2004, em especial, tendo como princípio central que: “moradia digna é um direito e vetor de exclusão social”, para que garanta um padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura e saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais.

Logo, a realidade estudada perpassa pelas múltiplas facetas das expressões da questão social, cujo profissional de Serviço Social é chamado a atuar em tais demandas emergentes, em sua totalidade, quando tais padrões não contemplam as reais necessidades dos usuários.

Assim, os profissionais do Serviço Social devem trabalhar com ética, sempre pautados no Projeto Ético Político, realizando suas ações articuladas e, fazendo a mediação entre usuário (demanda) x política pública (habitacional) realizando assim, a práxis profissional.

O objetivo geral levantado para verificação da hipótese é: Revelar a efetividade do Serviço Social junto à política habitacional do Programa MCMV e, como objetivos específicos: Identificar o perfil das famílias, evidenciar as mudanças ocorridas na vida dos usuários após inserção no programa e, apontar o papel do Serviço Social nesta realidade.

Trata-se de um estudo, cuja abordagem é a qualitativa e a quantitativa, realizada com os participantes do Programa Minha Casa Minha Vida, do município de Bauru. Acredita ser uma

pesquisa de suma importância à Política Habitacional do município de Bauru, estado de São Paulo, pois, poderá servir como avaliação do próprio programa no município e, para o Serviço Social ser um abalizador da atuação do profissional de Serviço Social como um articulador e mobilizador junto à política habitacional e população, para que tenham seus direitos garantidos e, reconhecidos como cidadãos de direitos, sendo estes também, a mola propulsora do interesse pelo estudo nas pesquisadoras.

O estudo se apresenta em três itens, sendo que após a introdução, aquela que evidencia a importância do estudo, se tem um segundo item, que aborda o Serviço Social na contemporaneidade, a história da habitação no Brasil, perpassando pela Política Habitacional, para melhor compreensão do Programa Minha Casa, Minha Vida e da atuação do Serviço Social nesta relação.

Em seguida, apresenta-se a metodologia do estudo, os resultados com suas respectivas análises e a conclusão do trabalho.

2 O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE E SEU PAPEL NA POLÍTICA URBANA EMANCIPATÓRIA

Este item traz um pouco do processo da política habitacional no Brasil, tendo como pano de fundo o Serviço Social e os Programas de Desenvolvimento Urbano e Habitacional, como foco central de possibilidades de melhoria de vida da população, nos aspectos físico e social e, promover a participação dos moradores de áreas de intervenção do programa, num processo reflexivo sobre as prioridades inerentes ao cotidiano, possibilitando assim, desenvolver ações pautadas nos seus reais interesses.

2.1 O Serviço Social na contemporaneidade

Para falar do Serviço Social na contemporaneidade, primeiro tem que pontuar sobre a globalização que provocou várias mudanças no processo histórico, político e econômico não somente no Brasil, mas no mundo, relata Yamamoto (2001).

A globalização mundial trouxe a revolução tecnológica às empresas geradoras de emprego e essas mudanças ocorridas ocasionaram um aumento assustador do desemprego, do subemprego e da luta por meios de sobrevivência. Outro agravante que deve ser considerado é a implantação do sistema neoliberal, no qual o governo se minimiza, passando sua responsabilidade à Sociedade Civil, fazendo crescer a exclusão social, econômica e política das classes já afetadas pela crise.

O profissional de Serviço Social está inserido na realidade social brasileira, ou seja, nas sequelas da questão social, que se revelam nas desigualdades sociais e econômicas, objeto da atuação profissional, manifestadas através da pobreza, violência, fome, desemprego, carências materiais, drogadição, prostituição, trabalho infantil, subemprego, analfabetismo, dentre outras.

Yamamoto (1999, p.28) também relata que:

Os Assistentes Sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc.

Desta forma, o profissional em sua área de atuação, desenvolve ações na perspectiva de garantir e efetivar a população de mandataria, os direitos sociais à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à assistência aos desamparados.

O maior desafio posto na atualidade para os Assistentes Sociais, ainda segundo Yamamoto (1999, p.20) é: “Desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos a partir de demandas emergentes do cotidiano”.

Faleiros (1997, p. 167) sobre o Serviço Social pontua:

O Serviço Social precisa aprofundar e reorientar sua tradição capacitadora, deixando de lado o caráter de adaptação, do treinamento, reforço de hábitos, e adotando a perspectiva crítica, formuladora da

aprendizagem desaprendizagem nas condições cada vez mais complexas do cotidiano, onde se exigem mudanças de perspectiva, mudanças de trajetórias e mudanças de condições.

Esse cenário, que atravessa a cotidianidade do fazer profissional, afetando a condição de vida e trabalho da população usuária das políticas sociais, impõe a necessidade de construção de novas formas de intervenção na questão social, exigindo a discussão sobre o processo de trabalho, no qual se insere o assistente social a as alternativas ao exercício profissional, chegando naquilo que se define como sendo os desafios contemporâneos para o Serviço Social, reafirmando sua compreensão de questão social como um "[...] conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura que se expressa pela resistência dos trabalhadores [...]" (SILVA, 2008, p.160).

Para minimizar essa situação de desigualdade se faz necessária a construção de uma política urbana que reverta essa lógica, buscando a inclusão social e emancipatória da população em situação de desigualdade social.

No entanto, enquanto o poder político não consegue implantar uma política urbana que vislumbre a efetivação do direito à habitação e de viver num local onde se tenha políticas integradoras e sustentáveis, se reconhece no Serviço Social, aquele capaz de intervir com a capacidade crítica de gerir, propor e executar ações nessa realidade.

Para o Serviço Social e Sociologia fará valer a portaria que determina que, somente os profissionais de Serviço Social e Sociologia podem ser coordenadores de projeto técnico social, que é exigido para início de construção e implantação dos projetos habitacionais, nos municípios contemplados com recursos do Governo Federal, atendendo à política de habitação.

Sposati (2004, p. 36) considera que:

O profissional assistente social pratica o Serviço Social em múltiplas áreas sociais, e não necessariamente no âmbito da política pública de assistência social. Fazer assistência social é via de regra, confundido com assistencialismo e voluntarismo. O assistente social faz serviço social e pode fazê-lo no âmbito da política pública de assistência social, saúde, habitação etc., desde que opere com provisões sociais e

direitos sociais. A política pública de assistência social não é o serviço social como disciplina profissional, e sim um conjunto de responsabilidades públicas do Estado, que deverá exercê-las de forma descentralizada, participativa e afiançadora de direitos.

Como aponta Yamamoto (2003, p.40) vive-se num mundo de constantes transformações políticas, sociais e morais, trazidas pelo neoliberalismo, pela globalização, pelo avanço tecnológico e pelas mudanças no mundo do trabalho, cuja classe trabalhadora, ou os assalariados, vem sofrendo um constante processo de empobrecimento e perdas de direitos, aprofundando o abismo da implacável desigualdade social, agravando a questão social e suas expressões, objeto de trabalho do Serviço Social contemporâneo, uma profissão, eminentemente, interventiva que tem como objetivos a garantia da efetivação dos direitos sociais e humanos e a emancipação dos sujeitos em seu processo.

Portanto, a prática do Serviço Social hoje, está longe de ser assistencialista, pois exige competência do profissional para que, vá muito além da efetivação de direitos, mas que possibilitem aos sujeitos, seu empoderamento para que possam ser autônomos e sujeitos transformadores de sua própria história, e a busca pelo direito da habitabilidade demanda de sujeitos fortalecidos.

2.2 A política Nacional da Habitação no Brasil

Com a Implantação da Política Nacional de Habitação, em 2004, visa-se promover as condições de acesso à moradia digna, a toda população, especialmente, a de baixa renda, contribuindo assim, para a inclusão social.

A Política Nacional de Habitação vem para complementar a Lei 10.257/01 – Estatuto da Cidade, que estabelece a função social da propriedade e preconiza a inclusão social, a gestão participativa e democrática nos Municípios.

Para tanto, é necessário conhecer a trajetória da Política Habitacional no País que tem sido marcada por mudanças na concepção e no modelo de intervenção do poder público, como se apresentará neste item.

Portanto, a política Habitacional brasileira a partir da década de trinta (30), já visualizava a necessidade de um instrumento urbanístico adequado à questão do planejamento urbano. Mas foi somente em 1950, que se desenvolveu no Brasil, o que se considera planejamento urbano propriamente dito, isso se deu através de um discurso integrador que propunha articular todas as políticas setoriais, especificamente, as questões ligadas ao transporte, saneamento, meio ambiente e habitação, centralizadas na figura do plano diretor.

A essência da ideologia do planejamento consiste numa visão de mundo que vê o crescimento caótico das cidades, como causa de seus problemas, cuja solução encontra-se no planejamento integrado. Sob diversas expressões, por décadas, foram elaborados planos que, entretanto, permaneceram apenas no domínio do discurso, não passando para a ação concreta do Estado.

Diversas são as explicações apontadas para a não implementação desta política, pois:

Acredita-se que seja pela falta de capacidade de investimentos do Poder Público, políticos incompetentes, falta de continuidade entre as obras de uma administração a outra, nenhuma prioridade de ação ou mesmo a omissão do governo federal. Sendo assim, o planejamento não passa de discurso, revela-se outro aspecto “o planejamento é uma fachada ideológica, não legitimando a ação concreta do estado, mas, ao contrário, procurando ocultá-la” (VILLAÇA, 2004, p. 191).

A década de 30, de fato, inauguraria um novo período na história do planejamento urbano no Brasil se tivesse atingido todo o país. O Estado assumiu a criação de dois programas: o Instituto de Aposentadorias e Pensões e a Fundação da Casa Popular. Embora tenha tido uma atuação insignificante perto das necessidades da população brasileira, considerando o fato da inexistência de atuação estatal até então, pode-se dizer que a produção de moradias em algumas regiões específicas, até que foi significativa.

Os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) atendiam apenas os associados de certa categoria profissional, mais especificamente, a uma classe Média crescente, ligada à administração pública, ainda que em toda a federação. Os primeiros surgiram junto a Marinha, Comércio, Transporte e Estocagem de Café, Portos, Bancos, Indústria e Funcionalismo Público (MARESCH, 2009).

Entretanto, contradiz todo o discurso habitacional da Era Vargas, centrado na casa própria e na família, o meio principal de acesso aos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) foi o aluguel e, em segundo lugar, o financiamento para a futura aquisição de casa própria. Os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), sob a forma de conjuntos habitacionais, na verdade, mostrava de forma grandiosa a ação governamental, demonstrando o objetivo de preservação do patrimônio e dos recursos previdenciários, independentemente de aspectos sociais (MARESCH, 2009).

Deste modo, os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) constituíram um patrimônio, adquirindo terrenos por todo o país, muito maior que sua capacidade de edificação, sendo, portanto, uma forma de investimento a partir das reservas previdenciárias, em um mercado que até então estava reservado à esfera privada.

A falta mais grave dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) foi o fato de não voltar-se, exclusivamente, à população de baixa renda, mas, por outro lado, mantinha preços equiparados ao mercado, situação que só foi amenizada com a Lei do Inquilinato de 1942, que previa o congelamento dos aluguéis, impondo ao governo a necessidade de subsidiar o programa para os inquilinos (MARESCH, 2009).

A lei do inquilinato, de fato, ao regular o mercado de locação conseguiu, verdadeiramente, transformar o modo de produção de moradia, do modelo de produção rentista, para a produção estatal ou pelos próprios moradores.

A alta inflação e a não atualização das prestações, a partir do congelamento dos preços, impossibilitaram a continuidade do programa que se revelou em medida populista, antes de uma política social de fato.

Ainda que se tenha implantado a produção em massa de moradias, teoricamente, em defesa dos interesses populares, na prática, segundo Bonduki (2002, p.209) ela apenas:

Consolidou-se à aceitação, pelo Estado e pela população, de alternativas habitacionais precárias, ilegais e excluídas do âmbito capitalista, como a favela e a casa própria em loteamentos clandestinos e desprovidos de infraestrutura.

Conforme pontua Bonduki (2002) embora a lei do Inquilinato representasse uma resposta do governo frente à crise imobiliária, continuaria desestimulando a colocação de novos imóveis no mercado de locação, acarretando inúmeros despejos.

Em contrapartida, em 1946, isto é, durante o governo Dutra, criou-se a Fundação da Casa Popular, também de âmbito nacional, com o objetivo específico de prover habitação para o povo em geral. O Governo acaba sofrendo uma oposição fortíssima dos setores que seriam afetados, não conseguindo prover mais que 18.500 moradias, ainda assim, grande parte para classe média, ou seja, uma atuação praticamente nula, se considerar o déficit habitacional da época.

Mas, além disso, a descentralização da política habitacional e a falta de recursos demonstravam com clareza a perda da autonomia estatal para formular e implementar políticas. Sinal disso é a intensa multiplicação de órgãos estaduais e municipais, encarregados do problema da habitação popular, até que deu a criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) após a tomada do poder pela ditadura militar em 1964 (MARESCH, 2009).

Tal época se caracterizou por verdadeira mudança no perfil das cidades que ingressaram em um processo crescente de verticalização. Através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) deu-se verdadeiro impulso ao setor de construção civil, com grandes investimentos em obras de saneamento e abastecimento de água. Quanto ao regime militar, interessava-lhe aumentar sua popularidade por meio de políticas urbanas, voltadas para a habitação. Criou-se então, o Banco Nacional de Habitação (BNH), no mesmo ano (MARESCH, 2009).

O Banco Nacional de Habitação (BNH), juntamente com a Companhia Habitacionais (COHABs) encarregaram-se da implantação das políticas habitacionais de grande escala, nas décadas de sessenta e setenta. Inúmeras unidades habitacionais foram erguidas pelas Companhias Habitacionais (COHABs) através de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), resultando em monótonos e isolados conjuntos habitacionais. Com apenas uma planta básica, o programa não permitia qualquer possibilidade de participação das populações envolvidas.

As unidades habitacionais eram comercializadas a longos prazos de financiamentos, o qual condicionava a comprovação da capacidade do mutuário pagar as prestações, acarretando segregação daqueles com menor capacidade econômica.

O Banco Nacional de Habitação (BNH), formulado como uma agência pública, voltada ao problema da moradia popular, acabou se transformando em Banco de Desenvolvimento Urbano (BDU), colocando em segundo lugar a construção de moradia popular. Tais políticas acabaram por atender basicamente à classe média, dificilmente, conseguindo financiar casas

para a população que ganhava menos de três salários mínimos, atingindo apenas aquelas que ganhavam entre três e cinco salários mínimos.

Em 1986, extingue-se o Banco Nacional de Habitação (BNH), em meio à forte crise econômica, arrocho salarial, perda de poder aquisitivo e, conseqüente, alto nível de inadimplência. Da união dos compradores dos planos da casa própria, impossibilitados de pagar o reajuste das prestações surgem os “movimentos de mutuários”. As pessoas integradas nesse movimento objetivaram a melhoria da comunidade, reivindicaram mais transportes que na época era precário, mais creches, escolas, postos de saúde e segurança (PEREIRA, 2008.p.130).

Requer esse contexto uma nova política habitacional, entretanto, a partir desse momento, a questão passa a ser tratada de modo disperso, através, principalmente, de programas de aquisição de lotes urbanizados em parceria com Prefeituras ou em mutirões realizados pelos próprios moradores. Ao passo que o espaço urbano se fragmentava, assistia-se à “construção de grandes conjuntos habitacionais monofuncionais, que formaram cidades dormitórios, tanto nos países europeus, como no contexto brasileiro” (PEREIRA, 2008. p. 130).

A reordenação e construção das cidades se davam desconsiderando aspectos sociais, econômicos, históricos e culturais.

Para Wanderley (2009) os anos oitenta (80) e noventa (90), no século XX, foram marcados pela concentração da pobreza urbana, aumento do número de favelas, de loteamentos irregulares, ilegalidade na ocupação do solo, agressões ao meio ambiente, aumento da violência urbana, recuo dos investimentos públicos em saneamento e políticas urbanas. Mas, por outro lado, essas décadas são significativas para a politização da questão urbana. Surgem inúmeros atores nas cidades, como os movimentos sociais que lutam por moradia, regularização fundiária, políticas públicas, recursos para a habitação, organizações profissionais.

Atualmente, o desenvolvimento da cidade sob a égide da globalização não oportuniza condições necessárias para abrigar a sua população com dignidade.

Trata-se de um desenvolvimento com novas formas de produção mais espoliativas, e de caráter menos integrador, sendo que essa melhoria da condição urbana conseguida, ao contrário do que seria desejável, torna a cidade ainda mais excludente (SAMPAIO, 2003).

O “pacote” habitacional não deve ser visto nem com exagerado entusiasmo, nem como um desastre. O importante a ser avaliado é saber o investimento.

Os Programas Habitacionais estabelecem cada qual seu critério de subsídio à aquisição, reforma, adequação do imóvel e regularização de assentamentos precários, recuperação de empreendimentos urbanos, no sentido de assegurar melhor qualidade e acesso à moradia urbana.

Nesse contexto, o Estado passa a assumir a gestão e o financiamento da Política Habitacional, para reduzir o déficit habitacional no Brasil, garantindo acesso à população de baixa renda, visto que são as que mais necessitam de moradia, através de seus vários Programas de Moradia Social.

Ministério das Cidades ainda considera que o atendimento prioritário são às famílias que residem em áreas sujeitas a fatores de riscos, insalubridade ou degradação ambiental, com menor renda per capita, com maior número de dependentes, à mulher responsável pelo domicílio, aos idosos, aos portadores de deficiência, às comunidades quilombolas ou de etnias negra ou indígena, bem como as demandas apresentadas por movimentos sociais, associações e grupos representativos de segmentos da população, enfim, garantindo assim o direito humano à moradia e à cidade.

Diante do exposto, tem-se a percepção que os Programas Sociais de Habitação estão atingindo a população de baixa renda, porém, ainda são necessárias várias adequações para levar acesso à moradia digna à demanda necessária neste país.

No Brasil, o Estado passa a assumir a coordenação das ações pela redução do déficit habitacional junto às camadas populacionais de baixa renda, tardiamente. A sucessão de políticas habitacionais, desde então, apresenta grande variação nas estratégias adotadas, com diferentes graus de eficácia (FARAH, 1996). Pontua ainda que, das ações descentralizadas dos anos trinta (30) e quarenta (40), passa pelo centralismo e massificação da produção do Banco Nacional de Habitação - BNH nos anos sessenta (60) e setenta (70) e chegam às formas e soluções mais locais nos dias atuais, as soluções arquitetônicas da habitação de interesse social, também obedecem aos contextos socioeconômicos e tecnológicos em que são aplicadas.

A repercussão do problema da habitação de interesse social vai além da simples construção da mesma. Sua solução está ligada a fatores como a estrutura de renda das classes sociais mais pobres, dificuldades de acesso aos financiamentos concedidos pelos programas

oficiais e as deficiências na implantação das políticas habitacionais (BRANDÃO, 1984).
Depende também, da vontade coletiva de toda uma comunidade, ciclo de vida da família,
cultura, história, entre outros fatores (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2004).

Portanto, a Constituição Federal de 1988, estabelece claramente que um dos direitos
fundamentais da pessoa humana é o direito à moradia, o direito a ter um lar, mas isso não lhe
é garantido pelo poder público. Vive-se numa sociedade capitalista, cuja concentração de
renda e de propriedade fica na mão de poucos, e a grande maioria da população não tem esse
direito fundamental efetivado.

O Ministério da Cidade (2004) entende por moradia digna aquela que oferece
segurança na posse e dispõe de padrão adequado de habitabilidade e de infraestrutura básica,
bem como acesso aos serviços e a transporte coletivo.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos garante que: “Toda pessoa tem direito a
um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive
alimentação, vestuário, habitação” (ART. XXV, ITEM um (1)).

Verifica-se então que, o direito à moradia está incorporado ao direito brasileiro de
acordo com os tratados internacionais de direitos humanos do qual o Estado Brasileiro faz
parte. Logo, obrigam o Brasil (União, Estados e Municípios) a proteger e fazer valer esse
direito, porém, a imensa desigualdade na distribuição de renda impede que brasileiros e
brasileiros tenham acesso a uma moradia adequada para se viver dignamente, o que faz com
que estes ocupem áreas insalubres ou de risco.

Assim, moradia para grande parcela do povo brasileiro é sinônimo de morros e favelas,
onde falta água encanada, luz elétrica e saneamento básico, enfim, falta tudo, inclusive
dignidade, a qual o Ministério da Cidade tanto defende.

No entanto no Brasil, hoje, pode-se dizer que a esta situação vem lentamente mudando,
como se vê no Programa Minha Casa, Minha Vida, faixa um (1), de Bauru/ SP, objeto de
estudo e pesquisa neste Trabalho.

2.3 Histórias da Política habitacional após o segundo milênio

Com a criação do ministério das Cidades – criou-se também o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) responsável pela gestão da Política Habitacional em nível nacional.

Em 16/06/2005- Foi criado o Sistema Nacional de habitação de Interesse Social através da Lei 11.124 – promover o acesso à moradia população de baixa renda.

Em 23/04/2007 foi aprovada a lei complementar nº 989, que criou o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Safady, (2007 p. 5) afirma que:

[...] o tema precisa ser prioridade política para deslanchar. “Temos conhecimento, capacidade técnica e recursos para trabalhar, só falta o governo priorizar a habitação como necessidade urgente do país. Na CBIC, esse tem sido o tema central das discussões com o Ministério das Cidades e com outros órgãos, pois o assunto tem uma conotação muito maior do que apenas a construção de um teto. É um elemento de extrema importância para todas as famílias”, A realidade leva a concluir que, para que sejam produzidas mudanças significativas no modelo de desenvolvimento vigente, é necessário ultrapassar as atitudes teóricocríticas, diante dos problemas habitacionais brasileiros, adotando práticas transformadoras com um engajamento em todas as esferas públicas e privadas da sociedade.

A migração acentuada para as áreas urbanas e o rápido crescimento populacional das últimas décadas gerou um grave problema habitacional no Brasil, além de sérios problemas urbanos. No entanto, a maior parte da população não tem condições de adquirir moradias oferecidas pelo mercado formal da construção.

Desta constatação surge a necessidade de subsídios governamentais para suprir esta demanda. Silva (2008, p. 13) considera que subsídio consiste em:

“Alguma forma de incentivo dado pelo governo visando persuadir uma classe de produtores ou consumidores a fazer algo que, usualmente, não fariam, através do aumento dos benefícios recebidos ao realizar esta ação”.

Atualmente, o governo federal brasileiro tem subsidiado a construção e a aquisição de moradias para a população de baixa renda, através de diversos programas de financiamento habitacional. A produção de habitações de interesse social brasileira, em sua maioria, tem focado apenas a redução do déficit habitacional nacional, desconsiderando demais fatores de relevância, como as questões sociais, culturais e econômicas da população, questões de preservação ambiental e de inserção urbana.

A forma de ocupação irregular, promovida pelas desigualdades sociais e a concentração de renda – característica da sociedade capitalista – tem produzido uma carência habitacional, cuja falta de moradia digna é uma realidade para a população mais carente. Essa realidade é evidenciada quando se observa os dados do Ministério das Cidades, divulgados em 2007, apontam um déficit habitacional na ordem de 95,9% entre as famílias que ganham até três salários mínimos.

Logo, a cidade capitalista reúne as condições gerais para a produção e os meios de reprodução do capital e do trabalho, de modo que ficam explícitas as contradições das relações construídas a partir da apropriação privada dos bens socialmente produzidos (CABRAL, 2005, p.02).

Nos países periféricos de industrialização tardia, como é o caso brasileiro, e que também tem um modelo de intervenção estatal bastante limitado, a política habitacional, já em 1933, foi caracterizada como segmentada e pontual, abrangendo apenas os setores mais organizados da classe trabalhadora, via Institutos de Aposentadorias e Pensões - IAPS, que apenas cobriam parte dos segmentos da população inseridos no mercado formal de trabalho.

A exclusão da maioria da população, em relação a esse modelo de política habitacional fez com que as favelas e cortiços se proliferassem acompanhando o crescimento industrial, que se fez sem nenhuma planificação.

A escassez de moradia é percebida como manifestação da desigualdade implantada pelo capitalismo enquanto sistema de produção. É um fenômeno que cresce paralelamente ao “exército” industrial de reserva, sendo ambos benéficos para o processo de acumulação, na medida em que o capitalismo cria como condição necessária à sua expansão, a existência de uma classe que não tenha outra coisa para vender a não ser sua força de trabalho (SILVA, 1989, p. 31).

O Brasil é considerado um país predominantemente urbano. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, passou de 44,7% em 1960, para 81,2% em 2000. O

conceito de cidade adotado por este instituto define que qualquer comunidade urbana caracterizada como sede de município é considerada uma cidade, não importando seu número de habitantes.

Ocorre que as cidades brasileiras cresceram marcadas pela ausência de planejamento urbano e/ou pelo favorecimento dos interesses das elites dominantes.

Permeadas de contradições e de desigualdades sociais, as cidades são frutos dos déficits sociais, acumulados há décadas por governos com os interesses da maioria da população.

Portanto, atualmente, pode-se observar que para reduzir o déficit habitacional brasileiro, principalmente, da população de baixa renda, as mais atingidas por esta expressão da questão social, os governos estão centrando seus recursos na implantação de Programas que atendam a esta demanda.

2.4 Revisitando o Programa Minha Casa, Minha Vida.

A prefeitura Municipal de Bauru, por meio da Lei n 5.523 DE 27 de dezembro de 2007, instituiu a Política Municipal de Habitação e o Conselho Municipal de Habitação- CMH, órgão de caráter deliberativo, com a finalidade de assegurar a participação comunitária na elaboração de diretrizes e implementação de programas destinados à habitação popular, saneamento, regularização fundiária, juntamente com demais órgãos da administração municipal e gerir recursos do Fundo Municipal de Habitação.

Trabalha-se com vinte e sete (27) áreas de risco e se tem diversos programas em andamento. Dos trabalhos no âmbito da Prefeitura é a Vice Prefeita Estela Almagro quem os coordena, juntamente com uma equipe Multissetorial, na qual participam diversas secretarias e vários profissionais. Cabe ao Serviço Social a indicação da Demanda aos programas, por este ter uma formação Ético -Política (Poder), Teórico- Metodológico (Saber), Técnico- Operativo (Fazer).

A equipe responsável pela implementação da Política Municipal no âmbito da Prefeitura Municipal é composta pelo Conselho Municipal de Habitação e Equipe Multissetorial. Com aumento dos serviços, em virtude de aprovação de diversos projetos junto

à União e, a vinda de recursos federais para implementação desses programas, há necessidade de maior número de técnicos, em especial, que auxiliem no trabalho de mobilização da comunidade envolvida, elaboração de cadastro socioeconômico das famílias beneficiárias dos programas, identificação de novas demandas, encaminhamento das famílias aos programas assistenciais. Nesses casos, o Assistente Social tem um papel fundamental, sendo um amplo campo de estágio para o aluno de Serviço Social.

O Programa Minha Casa Minha Vida é um programa habitacional do Governo Federal, desenvolvido em parceria com os Estados e Municípios. Lançado oficialmente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em março de 2009 (Medida Provisória nº 459, de 25 de março de 2009) tão logo oficializado, a Prefeitura Municipal de Bauru desencadeou um trabalho de busca de informações para a adesão do município.

Para coordenar as ações do Programa Minha Casa Minha Vida em Bauru, o prefeito Rodrigo Agostinho nomeou a vice-prefeita Estela Almagro, que coordena o Grupo denominado Multissetorial, composto por representantes do Gabinete, Secretaria Municipal do Planejamento (SEPLAN), Secretaria Municipal do Bem-Estar Social (Sebes), COHAB, Saúde, EMDURB, Educação.

Na Fase I, foram entregues mais de 1 milhão de moradias no país, após esse sucesso, a Presidente Dilma ampliou o Programa Minha Casa Minha Vida e contratou mais 2 milhões de casas e apartamentos sendo que 1 milhão serão entregues até fim de 2014. Embora não haja um dado oficial atualizado, é sabido que em Bauru, a exemplo da grande maioria dos municípios brasileiros, existe déficit habitacional.

Em Bauru, nesta primeira fase, foram construídas e entregues 1816 unidades (casas e/ou apartamentos).

A revista Atenção mensal de Bauru e região, de julho de 2013, nº 351, publicou o um artigo dizendo que chegou à vez de Bauru aproveitar para se desenvolver, o interior paulista está em ascensão e Bauru não fica atrás. Nos últimos anos, tem atraído grandes empresas, as quais estão se instalando em terras bauruenses, porque acreditam no potencial da cidade que cresce a cada ano, tornando-se referência nacional em diversos segmentos.

A Prefeitura, por sua vez, está trabalhando para aprimorar a infraestrutura do município, agregando melhorias na saúde, educação e habitação. Entre os projetos em andamento, encontra-se o tratamento de 100% do esgoto, a pavimentação de 100% das ruas de terra e, habitação para centenas de famílias inscritas no programa Minha Casa, Minha vida.

O projeto de habitação está a todo vapor, há muito tempo os bauruenses não viam construção de habitação com dinheiro público. No entanto, a atual prefeitura está disposta a entregar centenas de casas e apartamentos da Minha Casa, Minha Vida para famílias de baixa renda que se inscreveram no Programa.

Para a vice-prefeita, Estela Almagro, esse segundo mandato foi iniciado com uma grande evolução no setor de habitação. Isso porque a cidade não tinha programa de habitação há muitos anos, sobretudo, voltado para a classe mais baixa.

Quando dialogamos sobre habitação, estamos nos referindo ao primeiro direito básico da família, a moradia, que de certa forma, antecede a saúde e a educação. Se tiver saúde e educação de qualidade e a família não ter uma casa digna pra morar, com esgoto a céu aberto, por exemplo, podemos afirmar que o gasto com a saúde de nada vai adiantar (ALMAGRO, Revista Atenção, Julho de 2013).

Os benefícios do Minha Casa, Minha Vida, dentre os que os conjuntos habitacionais estão trazendo, encontra-se o embelezamento da cidade, porque diminui a sub-habitação. Mas, mais do que a beleza, o primordial é a dignidade humana, que proporciona às famílias beneficiadas.

O tema que se coloca hoje é da urbanização dos espaços públicos. Então, é dever do poder público levar habitação onde existe favela. E esse papel, a Minha Casa Minha Vida pode propiciar. Cabendo ao poder público viabilizar área próxima onde às famílias moram para não tirar ela da rotina do seu dia a dia (ALMAGRO, Revista Atenção, julho de 2013).

Considerando as moradias entregues (1,11 milhão) e o total contratado (1,34 milhão), já é 2,45 milhões de moradias financiadas pelo Minha Casa Minha Vida.

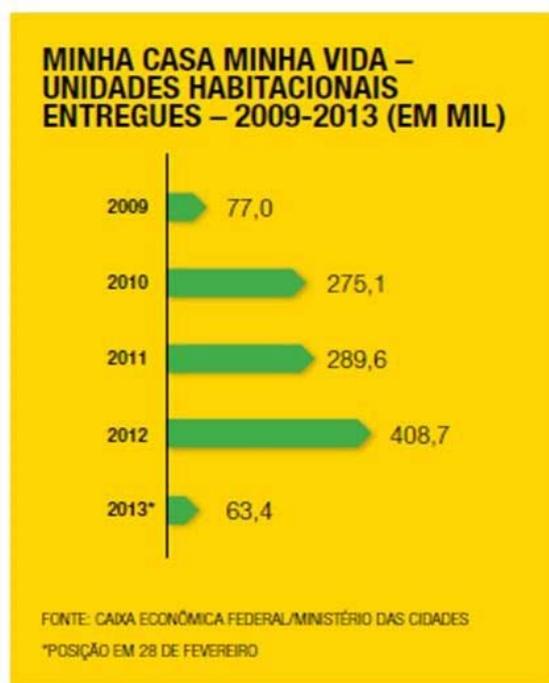
Desde 2009, um total de R\$ 153,6 bilhões foi investido pelo Governo Federal no Programa Minha Casa Minha Vida. Em nível de Brasil a revista Destaques (março/2013) publica um artigo sobre o programa MCMV, destacando que o mesmo superou a marca de 1

milhão de moradias entregues, desde 2009 e o ritmo de entrega vem crescendo a cada ano, em 2012 houve aumento de 41% no número de moradias entregues em relação a 2011. Além das unidades habitacionais entregues, o programa MCMV, já contratou mais de 1,34 milhões de unidades habitacionais em todo o país, a maior parte (58,2%) é destinada às famílias carentes que vivem em situação de vulnerabilidade social e cuja renda familiar mensal é de até \$ 1.600,00 (faixa um (1)) as quais são o foco deste trabalho de pesquisa. A meta do programa é contratar mais de 700 mil unidades habitacionais em 2013.

Casa Minha Vida, sendo R\$ 68,3 bilhões em subsídios e R\$ 85,3 bilhões em financiamento.

O restante dos recursos são as contrapartidas dos governos estaduais e municipais e os recursos próprios investidos pelos beneficiários do programa.

Em gráfico o Programa Minha Casa Minha Vida- unidades habitacionais entregues- 2009-2013 (em mil).



A revista Destaques (julho/2013) também publica um artigo sobre Ampliação das metas do programa e lançamento do programa: Minha Casa Melhor, lançada em junho, o programa disponibiliza linha de crédito especial para aquisição de móveis e eletrodomésticos. Todas as famílias beneficiadas pelo Minha Casa Minha Vida, que estejam em dia com as

prestações do seu imóvel, terão disponível um crédito de até cinco (5) mil reais para comprar móveis e eletrodomésticos. São dez itens diferentes que podem ser adquiridos em mais de treze (13) mil lojas credenciadas pela Caixa em todo o Brasil. O financiamento tem prazo de pagamento de quarenta e oito (48) meses, com juros de 5% ao ano. O preço dos produtos tem um desconto de 5% sobre o preço à vista.

No primeiro mês do programa, cem (100.000) mil famílias foram beneficiadas com o crédito, um total de R\$ 500 milhões contratados. Cerca de 80% dessas famílias fazem parte da faixa um (1), com renda de até R\$ 1,6 mil.

Os beneficiários podem usufruir do crédito a partir da entrega das chaves. Esse crédito fica disponível por doze (12) meses, com prestações pagas por boleto ou débito em conta. As famílias das unidades já entregues podem fazer a contratação por meio da Caixa, recebendo o cartão em sua residência em até dez dias úteis.

2.5 O Serviço Social e o Programa Minha Casa Minha Vida

A profissão do Serviço Social surgiu baseada nos fundamentos do pragmatismo, utilitarismo e positivismo dos E.U. A e pelos valores religiosos da Europa. Desta forma, instituiu-se no Brasil, vinculado à escola europeia e em seu processo evolutivo ligado à escola americana, orientava-se em pensamentos conservadores e positivistas, próprios do capitalismo, estabelecidos com a dominação burguesa.

Nos dias atuais a profissão está inserida na divisão sócio técnica do trabalho, se tornando estratégica no controle dos conflitos entre classes, tendo como objeto de trabalho a questão social e suas diversas formas de manifestações. Com isso, o profissional de Serviço Social precisa estar preparado para trabalhar com as diferentes expressões da questão social, tendo domínio das suas três dimensões, sendo elas: teórico-metodológica, ético política e técnico operativos.

A dimensão ética e política referem-se ao posicionamento político do profissional mediante os conflitos das relações sociais e o dever de assumir uma conduta ética, sustentada por valores morais, conforme o Código de Ética que regulamenta a profissão.

Já a dimensão teórico-metodológica, trás o pensamento de que o profissional deve ser qualificado para assumir suas responsabilidades, de forma a ter uma visão clara da realidade em sua totalidade.

Quanto à dimensão técnico-operativa, considera-se que o profissional deve ter domínio das técnicas que irão concretizar sua ação, ou seja, dos instrumentais que utilizará, criando também habilidades técnicas para seu desenvolvimento.

O profissional de Serviço Social, de forma geral, trabalha diante das inúmeras expressões da questão social, buscando a qualidade de vida e emancipação de seus usuários, bem como a efetivação de direitos que lhe são garantidos por leis existentes. Embasado numa teoria dialética Marxista, o assistente social busca realizar seu trabalho de diferentes formas, entre elas está à elaboração de planos, programas e projetos que buscam responder às diversas demandas postas mediante os conflitos da sociedade atual.

Visando sempre sua eficiência e eficácia, o trabalho foi dividido em âmbitos de ações, de maneira a atender a diversidade das demandas. Os âmbitos de atuação do assistente social se dividem em individual, coletivo e administrativo. Para cada uma destas ações existem instrumentais técnicos operativos que devem ser utilizados no desenvolvimento das mesmas, segundo o objetivo que o profissional pretende atingir, para alcançar o produto do Serviço Social.

Em todos os programas relacionados à moradia de interesse social no Município de Bauru, tem como Assistência Técnica Individual, geração de trabalho e renda, reassentamento, regularização Fundiária dos assentamentos precários (favelas) localizadas em área pública municipal e o programa Minha Casa Minha Vida, a primeira atividade desenvolvida é relativa à mobilização e organização comunitária, cujo trabalho do Assistente Social é fundamental para a identificação das lideranças, realização de reuniões comunitárias para esclarecimento das ações a serem desenvolvidas, cadastros socioeconômicos das famílias e acompanhamento de todas as etapas do trabalho.

As atribuições do Serviço Social são: coordenar a elaboração de cadastro prévio das famílias interessadas em participar do PMCMV; estabelecer critérios para a seleção das famílias beneficiadas, em conformidade com a Política Municipal de Habitação e, as diretrizes constantes da MP 459 de 25 de março de 2009; selecionar e propor áreas públicas a serem destinados ao PMCMV, para empreendimentos voltados às famílias com renda de até três (3) salários mínimos; selecionar os empreendimentos que melhor atendam os interesses da

comunidade beneficiada e, os objetivos do PMCMV, acompanhar a elaboração de projetos de empreendimentos destinados ao PMCMV; propor parâmetros urbanísticos e de edificações diferenciados; estabelecer mecanismos que garantam a agilização dos processos de aprovação dos empreendimentos destinados ao PMCMV e, elaborar proposta de lei de desoneração fiscal, em conformidade com as diretrizes constantes da PM 459 de 25 de março de 2009.

Desta forma, pode-se afirmar que o município de Bauru é um dos precursores do Programa MCMV, e com a participação do Serviço Social está procurando cada vez mais dar à comunidade Bauruense de baixa renda, o direito à habitabilidade.

2.5.1 Populações usuária (caracterizações) MCMV

No que se refere ao perfil e as características das famílias beneficiárias, os dados se baseiam no universo total de famílias que estarão concorrendo por meio de sorteio a ser realizado em cinco de outubro de dois mil e treze, as unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, na faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos, num total de 27.642 inscritos.

Deste universo, pode-se informar que, de acordo com o Banco de Dados Seção de Benefício- Secretaria Municipal de Bem Estar Social, dos candidatos inscritos no Programa Minha Casa Minha Vida, constata-se o seguinte perfil:

Quadro 1: Gênero dos participantes

Genero	Total
Feminino	18.852
Masculino	8.788

Fonte: Banco de Dados-Seção de Benefício- Secretaria Municipal de Bem Estar Social

Quadro 2: Faixa Etária dos participantes

Faixa etária	Total
18 a 30 anos	12.184
31 a 40 anos	7.359

41 a 60 anos	6.701
Acima de 60 anos	1.178
Não informaram a data de nascimento	218

Fonte: Banco de Dados-Seção de Benefício- Secretaria Municipal de Bem Estar Social

Quadro 3: Renda Familiar

Renda Familiar	Total
Menos de 1 salário mínimo	4.623
1 salário mínimo	1.248
Acima de 1 SM até R\$ 1.600,00	20.702
Não informaram	1067

Fonte: Banco de Dados-Seção de Benefício- Secretaria Municipal de Bem Estar Social

Analisando o perfil verifica-se que as famílias candidatas inscritas no programa, traz o reflexo da sociedade brasileira, pois a maioria delas são monoparentais, chefiadas por mulheres, com idade que não ultrapassa trinta anos, cuja renda familiar é de acima de um salário mínimo, porém, não ultrapassam um mil e seiscentos reais (1.660,00), portanto, são famílias pobres.

Há também que considerar nesta realidade Bauruense, que mais de quatro mil e seiscentas famílias vivem com menos de um salário mínimo, evidenciando o processo de acumulação estruturado pelo sistema capitalista, espoliando a riqueza socialmente produzida, portanto, pode-se afirmar que, o repasse das políticas sociais ofertadas pelas instituições públicas, pode ser um instrumento estratégico do Serviço Social para empoderar tais usuários, fortalecendo-os como classe subalterna que, no dia a dia, são alienados pelo próprio sistema.

3 CAMINHOS E RESULTADOS DA PESQUISA

3.1 Metodologia do Estudo

A pesquisa em tela foi realizada com dimensão social, objetivando a construção de ideias, através das análises dos formulários aplicado na comunidade, através de entrevista, visando o conhecimento da Política de Habitacional do Programa Minha Casa, Minha Vida, fase I, identificando um pouco do perfil, suas opiniões, o grau de satisfação e suas reivindicações. Através das abordagens qualitativa e quantitativa, os usuários do reassentamento do Bairro São João do Ipiranga do Município de Bauru, expressam o que pensam do programa.

A pesquisa tem abordagem qualitativa e quantitativa, uma vez que viabilizou dados subjetivos, objetivos, valores, opiniões e significados que os sujeitos atribuem à realidade. Seu nível é exploratório, pois investigou a realidade da comunidade que foram contempladas pelo MCMV fase I, há dois (2) anos e meio atrás, bem como o seu perfil, colhendo dados objetivos da realidade.

O estudo foi realizado no período de maio a setembro de 2013, junto a sujeitos envolvidos com a implantação da política habitacional MCMV, tendo como universo trinta e oito (38) famílias, moradoras do Bairro São João do Ipiranga, contempladas no programa de remoção e reassentamento, cuja amostragem foi com cinco (5) famílias entrevistadas aleatoriamente (não intencional), aproximadamente 12% do universo, uma vez que os sujeitos ficaram livres para aceitar ou não a responder os questionamentos.

O questionamento levantado é: a atuação do Assistente Social junto à política habitacional efetiva tal direito e, possibilita a transformação da realidade do usuário?. Como resposta ao questionamento sugere-se como hipótese que: o Programa Minha Casa, Minha vida, vem efetivar a Política Nacional de Habitação de 2004, em especial, tendo como princípio central que: “moradia digna é um direito e vetor de exclusão social”, para que garanta um padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura e saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais.

Logo, a realidade estudada perpassa pelas múltiplas facetas das expressões da questão social, cujo profissional de Serviço Social é chamado a atuar em tais demandas emergentes, em sua totalidade quando tais padrões não contemplam as reais necessidades dos usuários.

Assim, os profissionais do Serviço Social devem trabalhar com ética, sempre pautados no Projeto Ético Político, realizando suas ações articuladas e, fazendo a mediação entre usuário (demanda) x política pública (habitacional) realizando assim, a práxis profissional.

O objetivo geral levantado para verificação da hipótese é: Revelar a efetividade do Serviço Social junto à política habitacional do Programa MCMV e, como objetivos específicos: Identificar o perfil das famílias, evidenciar as mudanças ocorridas na vida dos usuários após inserção no programa e, apontar o papel do Serviço Social nesta realidade.

Mediante tais objetivos, o método do estudo é o dialético, uma vez que se procura desvelar essa realidade, tendo como abordagem a pesquisa qualitativa, que como Oliveira (1999, p. 117) considera:

As pesquisas que se utilizam da abordagem qualitativa possuem a facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades, dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos.

A coleta de dados com os moradores participantes do programa Minha Casa, Minha Vida, foi realizada com visitas de casa em casa dos moradores, através de entrevista, cujos sujeitos tiveram liberdade de expor suas opiniões de forma livre.

Gil (1999, p. 117) afirma que a entrevista é: “uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”. E a observação sistemática, segundo Marconi e Lakatos (1999) são utilizadas quando o pesquisador define o que vai observar, procura eliminar sua influência sobre o que está vendo e define como vai registrar a coleta de dados ou fenômenos observados.

Para as pesquisadoras, a pesquisa de campo foi realizada com dificuldades, pois a intenção era pesquisar de dez (10) a quinze (15) famílias, mas foram impedidas por alguns moradores dependentes de substâncias psicoativas, tendo que interromper a mesma. Além do

que, por ser um tema extremamente novo, possui poucas referências para a consulta, o que dificultou muito também o processo de construção teórica.

Para facilitar a análise, as alunas buscaram identificar minuciosamente as falas dos sujeitos, verificando assim todos os aspectos citados, para que tudo fosse registrado, sendo possível explicitar todos os aspectos abordados pelos sujeitos. Em seguida, procedeu-se o tratamento dos dados e a análise dos resultados, os quais, em alguns momentos são conclusões das próprias pesquisadoras, uma vez que inexistem teorias específicas elaboradas por profissionais de Serviço Social a respeito, porém, em detrimento da ausência de teorias, o estudo possibilitou grande crescimento pessoal e profissional, tornando-se um desafio para uma conquista, pois é a elaboração de uma pesquisa inovadora na temática do programa MCMV em Bauru.

Os resultados foram sistematizados em três eixos: o perfil dos sujeitos, as mudanças ocorridas na vida dos usuários após inserção no programa e, o papel do Serviço Social nesta realidade, os quais são apresentados e discutidos a seguir.

3.2 Apresentações dos resultados da pesquisa

Vale ressaltar que, apesar de muito pequena a amostragem para a pesquisa quantitativa, esta serviu para interpretar os dados qualitativos dos participantes do Programa Minha Casa Minha Vida, do município de Bauru, estado de São Paulo, moradores do bairro São João do Ipiranga, sujeitos que moravam em situação de vulnerabilidade social, provenientes da favela Vitória-Jardim Cutuba. Os resultados são apresentados a seguir:

3.2.1 Perfil dos sujeitos

É através do perfil dos sujeitos que se pode visualizar uma dada realidade, como já citado, apesar de uma amostragem insignificante para os dados quantitativo vale a pena demonstrá-los.

O quadro abaixo demonstra o perfil das famílias pesquisadas:

Quadro 4: Perfil das famílias

Idade	Menos de 20 anos=1	De 20 a 30= 1	De 31 a 40 anos= 2	Acima de 60 anos= 1
Gênero	Masculino= 2	Feminino= 3		
Chefe de família	Sim = 5			
Núcleo	2 a 4	5 a 8		

Familiar	peçoas. = 2	peçoas=3		
Crianças até 12 anos	0 a 1 criança = 4	4 crianças= 1		
Crianças acima de 12 anos	0 a 4= 3	5 criança=1		
Idosos que residem com a família	Não= 4	Sim = 1		
Pessoas com deficiência	Não = 4	Sim = 1		
Grau de escolaridade do chefe de família	3 ano do ensino médio = 1	4ª até 5ª série = 4		

Crianças que frequentam escolas	Creche= 1	Não= 1	Sim=2	
Família quantos trabalham	Nenhum= 1	Apenas 1= 4		
Registro em carteira	Não=4	Sim =1		
Renda da família	Menos que 1 SL= 1R\$	1 Sal. Min.= 2	Acima de 1 SL = 2	
Quanto tempo reside na casa	Menos de 1 ano= 1	2 anos = 4		

Fonte: As pesquisadoras

Observa-se que são famílias monoparentais, aquela em que a mãe ou o pai é o responsável pela família, cuja idade não ultrapassa os quarenta anos, portanto, os responsáveis ainda se encontram numa faixa etária produtiva, mas que sobrevivem com uma renda mensal um pouco acima de um salário mínimo, porém, não chegando a um mil (1.000,00) reais.

Quando se considera um núcleo familiar de cinco a oito pessoas, pode-se afirmar que são famílias muito pobres. Havendo ainda que ressaltar aquela que, não contam com nenhum elemento que trabalha, obviamente, sobrevivem com menos de um salário mínimo.

A maioria é participante do programa há dois anos, possuem escolaridade até a 5ª série, demonstrando que realmente, na realidade de Bauru, o programa Minha Casa, Minha Vida tem cumprido e respeitado a sua missão, ou seja, um programa de habitação para aquelas pessoas de baixa renda, no entanto, ainda está longe de atender o que pede a Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação”

(ART. XXV, ITEM um (1)), pois pelo perfil das poucas famílias pesquisadas, são famílias que ainda estão longe de assumir todas estas responsabilidades.

3.2.2 Mudanças ocorridas na vida dos usuários, após inserção no programa MCMV

Considerando que o programa MCMV é destinado às famílias carentes que vivem em situação de vulnerabilidade social, cuja renda familiar mensal é de até \$ 1.600,00 (faixa um (1)) foco deste trabalho de pesquisa, o estudo demonstra que as famílias são provenientes da favela Jardim Vitória, logo, antes do programa MCMV, eram rotulados de “favelados”, agora, no entanto, são moradores de um determinado bairro da cidade.

Verifica-se que uma verdadeira política urbana, se faz com a participação da sociedade, aliada aos esforços governamentais, então, entende-se que a melhoria destas famílias só acontecerá realmente, quando eles estiverem conscientizados que mudanças só dependem de seus próprios esforços.

Assim, quando questionados o que mudou após a inserção no programa MCMV, respondem:

“Com certeza, mudou tudo” (Sujeito 3, 3 anos).

“Mudou, pagava aluguel” (Sujeito 5, 65 anos).

Constata-se que a família brasileira vem passando por constantes transformações, com o acesso as informações na busca constante da melhoria da qualidade de vida, nesta realidade, após MCMV estas famílias também passaram a ser atendida pelo CRAS, instituição que é a porta de entrada das famílias e que tem todo seu trabalho centrado na matricialidade da família, pois só se consegue mudar uma realidade se todos os envolvidos desta realidade participarem desta mudança.

Observa-se que reconhecem mudanças, em especial pelo aluguel, enquanto que outras não conseguem nem expressar o que sentem, pois apenas afirmam: “mudou tudo”.

Quando questionados o que significa para a família (núcleo familiar) o programa MCMV relatam:

“Uma coisa boa tirou da área de risco” (Sujeito 1, 19 anos).

“Tudo, para quem morava na favela é tudo” (Sujeito 3, 33 anos).

“Muita coisa, muito bom” (Sujeito 4, 37 anos).

“Tudo, coisa que eu nem esperava ter a minha casa, tenho o que é meu” (Sujeito 5, 65 anos).

Nota-se pelos relatos que a casa própria sempre garante maior segurança e estabilidade às famílias, pois, trabalhadores que não pagam aluguel se sentem mais confortáveis, confiança em um futuro melhor aos seus dependentes. Favelas e ocupações irregulares em terrenos particulares e em áreas públicas são inaceitáveis para uma região produtiva como Bauru, não se pode aceitar que cidadãos, incluindo crianças, idosos e mulheres, vivam em condições desumanas por falta de um teto digno, quando se trata de territórios em desenvolvimento como é esta região.

Há também que se considerar aqui um complemento deste programa que é o programa “MINHA CASA MELHOR” no qual os beneficiários podem usufruir do crédito a partir da entrega das chaves. Esse crédito fica disponível por doze (12) meses, com prestações pagas por boleto ou débito em conta. Então estas famílias também podem fazer a contratação por meio da Caixa Econômica, recebendo o cartão em sua residência em até dez dias úteis, para equiparem suas casas com móveis, eletrodomésticos e até mesmo computadores.

3.2.3 O papel do Serviço Social no Programa MCMV

O trabalho social em habitação de interesse social é de suma importância e é um componente essencial da política habitacional e urbana, numa concepção de garantia de direitos sociais.

De acordo com estudos elaborados no Instituto de Estudos Especiais da PUC-SP por Raicheles, Oliveira e Paz (2006, p.24) apontam que:

O trabalho social é concebido como um conjunto de ações inclusivas de natureza socioeducativa, adequadas à realidade sócio econômica e cultural da população e às características da área de intervenção,

afinadas com os princípios da Política Pública de Habitação, com as diretrizes dos programas e desenvolvidas em articulação com todos os agentes sociais envolvidos nos processos de decisão, implantação e controle social dos programas de moradia.

Nessa perspectiva, as autoras ainda consideram que o trabalho social possui uma orientação ética e política: democrática, educativa e organizadora, que incentiva a participação, a ação coletiva da população, o exercício cotidiano do protagonismo cidadão, socializando informações, investindo na capacitação dos sujeitos na apropriação de novos valores e conceitos de morar e conviver no espaço urbano, o que está longe de acontecer nos pesquisados, nitidamente, evidenciado que há uma lacuna na realidade dos moradores contemplados com o programa MCMV, por ser um programa de inserção social, para garantir melhorias na qualidade de vida das famílias que se encontravam em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, por isto, público alvo do programa habitacional, há que se terem ações que os possibilitem a potencializarem.

Quando se questiona se conhecem o Serviço Social constata-se que o reconhecem através das SEBES e dos CRAS:

“Eu conheço através do CRAS”. (Suj.2, 29 anos)

“Sim, nas SEBES” (Sujeito 5, 65 anos)

O Serviço Social é uma profissão interventiva, que atua junto às expressões da questão social, então é um profissional cuja prática está inserida em múltiplas áreas sociais, e não necessariamente no âmbito da política pública de Assistência Social, no entanto nesta realidade seu conhecimento verifica-se ser através desta. Fazer assistência social é, via de regra, segundo Sposati (2004) confundido com assistencialismo e voluntarismo. O assistente social faz Serviço Social e pode fazê-lo no âmbito da política pública de assistência social, saúde, habitação etc., desde que opere com provisões sociais e direitos sociais.

Ao ser questionado o que Serviço Social faz, respondem:

“Faz tudo e faz reuniões com a gente” (Sujeito 3, 33 anos).

No entanto, para a maioria dos sujeitos:

“Não sei” (Sujeito 2, 29 anos).

“Não sei” (Sujeito 4, 37 anos).

“Bolsa Família” (Sujeito 5, 65 anos).

Observa-se que os sujeitos não conseguem definir o trabalho do Serviço Social, ou o definem como polivalente, porém, sem clareza do realmente faz. Vale ressaltar que os profissionais quando atuam com objetivos claros têm maior facilidade em dar visibilidade às suas ações. A atuação profissional do Serviço Social na política habitacional consolida-se em uma perspectiva de atuação integrada com as demais políticas urbanas, para que as expressões advindas da questão social não sejam trabalhadas de forma fragmentadas e/ou setorializada em áreas de interesse imediato como habitação, violência, geração de renda, saúde, transporte, educação, dentre outras questões. Contudo, a ação profissional precisa se efetivar no contexto de elaboração, proposição e intervenção compactuada com a ação de profissionais de diversas outras áreas do conhecimento, a fim de garantir a complementação de saberes, aqui é muito pouco reconhecido e quando reconhecido está ligado ao CRAS, com aquele em que deveria desenvolver ações conjuntas, não apenas fazendo encaminhamentos.

Através da entrevista, pergunta-se também se algum usuário participou de algum projeto Técnico Social do programa MCMV e relatam:

“Sim, participei de reunião, cursos e cabelo” (Sujeito 1, 19 anos).

“Semanalmente, na escola do CRAS” (Sujeito 4, 37 anos).

“Sim, existe uma reunião que envolve tudo” (Sujeito 5, 65 anos).

Revelam que antes da implantação do programa houve sim um trabalho mais eficiente e próximo desta população, no entanto, tem dificuldades em reconhecer como ações do Serviço Social, mas sim ações técnicas.

4 CONCLUSÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo o Programa Minha Casa, Minha Vida e o Serviço Social. Trata-se de um programa que oferece possibilidades de melhoria de vida às famílias beneficiárias. Esta pesquisa foi realizada com as famílias inseridas no programa MCMV (fase um (1)), no período de fevereiro a outubro de 2013, cujos dados foram analisados neste estudo.

O objetivo Geral levantado para verificação da hipótese é: Identificar o perfil das famílias; Revelar a efetividade do Serviço Social junto à política habitacional do Programa MCMV e, como objetivos específicos: Identificar as mudanças ocorridas na vida dos usuários após inserção no programa e, Apontar o papel do Serviço Social nesta realidade.

Os resultados apontam que o perfil das famílias inseridas no Programa MCMV (fase 1) tem a predominância de mulheres como chefes de família, com renda de um salário mínimo ou um pouco mais, mas que não atinge dois salários mínimos, decorrentes do baixo grau de escolaridade que não ultrapassa a quinta série do ensino fundamental. São chefes de famílias que se encontram em idade produtiva, não ultrapassando dos quarenta anos.

Quanto às mudanças ocorridas na vida dos usuários após inserção no programa, reconhecem o fato de terem saído de uma área de risco, terem suas casas e, conseqüentemente, a família ter um lar digno e com objetivos para o futuro.

Quanto ao papel do Serviço Social no Programa Minha Casa Minha Vida, os usuários conhecem o trabalho do Serviço Social no CRAS, SEBES, porém, na habitação eles desconhecem, pois é uma política nova em Bauru e começou a ser implantada neste ano.

Salienta-se, porém, que o profissional de Serviço Social, de forma geral, trabalha diante das inúmeras expressões da questão social, buscando a qualidade de vida e emancipação dos usuários, bem como a efetivação de direitos que lhe são garantidos por leis existentes. Embasado numa teoria dialética Marxista, o assistente social busca realizar seu trabalho de diferentes formas, entre elas está a elaboração de planos, programas e projetos que buscam responder às diversas demandas postas mediante os conflitos da sociedade atual, aqui junto ao programa MCMV, ainda não se tem a efetivação do trabalho do assistente social.

Ainda, no cenário, que atravessa a cotidianidade do fazer profissional, que afeta a condição de vida e trabalho há necessidade da construção de novas formas de intervenção na questão social, exigindo que o assistente social seja criativo, para o enfrentamento daquilo que se define como sendo os desafios contemporâneos para o Serviço Social e, que na área habitacional é muito vasta, sabendo-se que há que trabalhar com a família, pois esta não é fragmentada, poderá estar desorganizada, necessitando a intervenção profissional.

Pode-se concluir que o Programa Minha Casa Minha Vida fase um (1), o Serviço Social não consegue atender a demanda que dele precisa, necessita ter maior divulgação, pois o trabalho social que realiza na habitação tem muito pouca visibilidade, demonstrando maior efetividade antes da ocupação, uma vez que os usuários reclamam que após a entrega das casas não houve mais ações, nenhum suporte social, pois reconhecem que este é um meio pelo qual poderiam reclamar ou sugerir informação para a melhoria do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Assim, conclui-se que a hipótese sugerida: o Programa Minha Casa, Minha vida, vem efetivar a Política Nacional de Habitação de 2004, em especial, tendo como princípio central que: “moradia digna é um direito e vetor de exclusão social”, para que garanta um padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura e saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais.

Logo, a realidade estudada perpassa pelas múltiplas facetas das expressões da questão social, cujo profissional de Serviço Social é chamado a atuar em tais demandas emergentes em sua totalidade, em especial, quando tais padrões contemplam as reais necessidades dos usuários.

Desta forma, os profissionais do Serviço Social devem trabalhar com ética, sempre pautados no Projeto Ético Político, realizando suas ações articuladas e, fazendo a mediação

entre usuário (demanda) x política pública (habitacional) realizando assim, a práxis profissional.

Portanto, a hipótese vem se comprovar parcialmente, pois, muito timidamente, o Serviço Social tem visibilidade, demonstrando que ainda está longe de atingir seus objetivos, já que após a entrega das chaves, conclamam por continuidade nos trabalhos antes realizados, evidenciando uma grande demanda e poucos profissionais, mas que devem atender tais demandas.

REFERÊNCIAS

ALMAGRO, Estela. Chegou a vez do interior e Bauru aproveita para se desenvolver. **REVISTA ATENÇÃO**, n.351, p. 56-57, jul. 2013.

ARANTES, Otilia B. F.; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos B. **A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria**, 3 ed. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, centro gráfico, 1988.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL; BRASIL. **Minha Casa Minha Vida. 2009**. [Cartilha]. Disponível em: http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/habita/mcmv_CARTILHACOMPLETA.PDF. Acesso em: 18/03/2010.

FALEIROS, V.P. **Saber profissional e poder institucional**. 2. ed – São Paulo: Cortez, 1987.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança**. São Paulo: Annablume, 1996.

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.18, n. 33, p. 01-38, jan./jun.2014.
COREREIA, Adriana Marques de Brito; CROZERA, Ana Carolina de Castro; MINETTO, Gerceley Paccola. Programa
minha casa minha vida: direito à habitabilidade.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: **Centro de Educação, Aberta, Continuada a Distância**. Capacitação em Serviço Social e política social. Brasília: CEAD, n. 1, p. 77-90, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

Lima, S. A. **Habitação: direito humano e social**. Bauru: Faculdade de Serviço Social de Bauru- ITE, 2008.

MAIS de 1 milhão de moradias entregues. **Destaques**, v. 6, n.1, p. 43-44, nov.2012/fev. 2013.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 2.ed, São Paulo: Atlas, 1990.

MARESCH, Bruna Maria. **Políticas Públicas e Planejamento Urbano no Brasil**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. p. 83. Disponível em <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/33735/32799> > Acesso em: 23 mai 2013.

MINHA casa minha vida: ampliação das metas do programa e lançamento do minha casa melhor. In: **Revista Destaques**, v. 6, n.2, mar./jun.2013, p. 45-46.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

PEREIRA, Elson Manuel (org.). **Planejamento urbano no Brasil**. Chapecó: Argos, 2008.

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.18, n. 33, p. 01-38, jan./jun.2014.
COREREIA, Adriana Marques de Brito; CROZERA, Ana Carolina de Castro; MINETTO, Gerceley Paccola. Programa
minha casa minha vida: direito à habitabilidade.

RAICHELIS, Raquel, OLIVEIRA, Isaura I. M. C., PAZ, Rosangela D. O. **Metodologia /Plano de Trabalho Social. Programa de Locação Social – PLS.** Relatório Final. Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia universidade Católica de São Paulo - IEE/PUCSP, São Paulo, 2006.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de **Habitação em São Paulo.** São Paulo: Estudo Avançado, 2003. Disponível em <
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142003000200014&script=sci_arttext > acesso em 17 de maio de 2013.

SILVA, Maria Ozanira Da Silva e. **Política Habitacional Brasileira: verso e reverso.** São Paulo: Cortez, 2008.

SPOSATI. A. O. **Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras:** uma questão em análise. 7ª ed., São Paulo: Cortez, 2004.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; DEGENSZAJN, Raquel Raichelis. **A Cidade de São Paulo - relações internacionais e gestão pública.** 1ª. ed. São Paulo: EDUC, 2009. v. 500.